

ANEXO - VII

MINUTA DE CONTRATO

Termo de Contrato nº/..... de/...../.....
TERMO DE CONTRATO DE LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMAS (SOFTWARES)
INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
COMENDADOR LEVY GASPARIAN E A EMPRESA
(Processo Administrativo Nº de/...../.....)

O MUNICÍPIO DE COMENDADOR LEVY GASPARIAN, CNPJ-MF nº 39.554.597/0001-51, com endereço na Av. Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro, Comendador Levy Gasparian/RJ - CEP: 25.870-000, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por **Claudio Mannarino**, investido legalmente no cargo de **Prefeito**, e a empresa, CNPJ-MF nº, com endereço na, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato por, portador(a) da carteira de identidade nº, emitida pelo(a) (órgão emissor), CPF nº, conforme consta no (indicar o ato que o qualifica como representante legal, isto é: estatuto social, contrato social e ata de eleição e/ou instrumento de procuração acostado aos autos), firmam o presente **Termo de Contrato**, cuja celebração foi autorizada nos autos do Processo Administrativo nº, doravante denominado **Processo**, concernente à licitação nº/....., efetuada na modalidade Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 10.520/02 e a Lei Federal nº 8.666/93, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

PRIMEIRA (DO OBJETO)

O objeto do presente contrato é o **licenciamento de uso de sistemas (softwares) integrados de gestão pública específicos para: Administração de Planejamento (PPA, LDO e LOA); Tributação; Contabilidade Pública; Tesouraria; Gestão de Pessoal, Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Controle de Patrimônio; Compras, Licitações e Contratos; Controle de Frotas; Controle de Almoxarifado; Controle de Processo (WEB); Controle Interno; Nota Fiscal Eletrônica; Portal da Transparência; e a instalação, conversão/migração de dados, treinamento, testes, suporte técnico, manutenção, atualização e customização, exportação de dados para o sistema do TJ/RJ e para o sistema SIGFIS do TCE/RJ e outras informações que se fizerem necessárias, para atender a PMCLG, Fundos Municipais e LEVY PREV**, na conformidade do edital e anexos da Licitação **Pregão Presencial** nº, os quais integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os modos, fins e efeitos legais.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Contratante poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato nos limites previstos no artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

SEGUNDA (DO REGIME DE EXECUÇÃO)

O objeto deste contrato será executado em regime de empreitada por preço global.

TERCEIRA (DA EXECUÇÃO)

Será realizada nas condições estabelecidas no presente termo e no edital e seus anexos, seguindo os parâmetros de qualidade, com emprego de ferramental apropriado, e dispondo de infraestrutura e de equipe qualificada suficientes à perfeita execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os sistemas deverão funcionar de modo integrado quando for o caso, devendo ser instalados com número de pontos necessários ao seu pleno funcionamento e com número ilimitado de usuários. O aumento no quadro de servidores ou a criação de novos órgãos, não implicará em aumento no custo mensal dos sistemas para efeitos de implantação e treinamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A Contratada terá o prazo de **30 (trinta) dias** para executar os serviços de conversão/migração, implantação, testes e treinamento dos sistemas já existentes para o exercício 2015 e 2016, e o prazo de **90 (noventa) dias** para os demais exercícios, contados da data indicada no **Termo de Autorização de Início dos Serviços**, expedido pela Secretaria Municipal de Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A Contratada terá o prazo de **30 (trinta) dias**, contados da data indicada no **Termo de Autorização de Início dos Serviços**, para executar os serviços de implantação, testes e treinamento dos sistemas (softwares) licenciados.

PARÁGRAFO QUARTO

O início da execução do objeto deverá ocorrer na data indicada no **Termo de Autorização de Início dos Serviços**, a ser emitido pela Secretaria Municipal de Administração, e a fiscalização adotará junto à Contratada, oportunamente, todas as providências necessárias.

QUARTA (DO RECEBIMENTO)

O recebimento definitivo do objeto será efetuado pelos fiscais designados, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, mediante atestação da fatura/nota fiscal, após criteriosa verificação de que a execução do objeto atende as especificações exigidas.

PARÁGRAFO ÚNICO

O recebimento definitivo pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto contratado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo edital.

QUINTA (DA FISCALIZAÇÃO)

A fiscalização, com fundamento no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, cabe ao Contratante, que a seu critério e por meio de **02 (dois) servidores** designados pela **Secretaria Municipal de Administração**, deverão exercê-la de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases de execução das obrigações, inclusive quanto ao desempenho da Contratada, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integridade e à correção da execução das prestações a que se obriga, suas consequências e implicações perante terceiros.

SEXTA (DO VALOR)

O valor do contrato é de R\$ (**por extenso**), parcelas mensais de R\$ (**por extenso**), correspondendo ao objeto definido na cláusula primeira e para a totalidade do período mencionado na cláusula décima.

SÉTIMA (DA DESPESA)

A despesa do contrato neste exercício correrá à conta da dotação orçamentária **20.022.000.04.122.0003.2.013 – 3.3.90.39.00 – Ficha 047**, do orçamento vigente do Município de Comendador Levy Gasparian, conforme nota(s) de empenho acostada(s) aos autos do Processo.

OITAVA (DO PAGAMENTO)

Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados mediante apresentação da fatura/nota fiscal emitida por seu estabelecimento, em exata correspondência à obrigação cumprida. O pagamento da fatura/nota fiscal deverá ocorrer no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da data da sua autuação no Protocolo do Município. A fatura/nota fiscal, acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito do INSS (válidas) e do termo de contrato assinado e publicado, deverá ser atestada pelos fiscais designados. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Contratante, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o parágrafo anterior será efetivado mediante autorização expressa da Controladoria Geral, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da Contratada dirigido à Secretaria de Fazenda.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso o Contratante efetue o pagamento devido à Contratada antes do prazo pactuado, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

PARÁGRAFO QUARTO

Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir da data da sua reapresentação.

NONA (DA REVISÃO)

Os preços pactuados serão fixos e irrevogáveis, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial do contrato, desde que tal se dê em razão de fato notório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A revisão a que se trata o *caput*, só poderá ser efetuada na hipótese de ocorrer comprovadamente, desequilíbrio econômico-financeiro que possa comprometer a relação contratual, sempre com o parecer circunstanciado da Procuradoria Geral do Município, mediante solicitação da Contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O pedido de revisão deverá estar acompanhado de documentos que comprovem a variação de preços do mercado, tais como: tabelas de fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto acabado ou de matérias primas (atual e a da época da proposta).

PARÁGRAFO TERCEIRO

É vedada a utilização pelas partes de qualquer espécie de atualização monetária.

DÉCIMA (DO PRAZO)

O prazo do contrato é de **12 (doze) meses**, contados da data indicada no **Termo de Autorização de Início dos Serviços**, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

DÉCIMA PRIMEIRA (DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE)

Constituem obrigações e responsabilidades do Contratante:

- I) Emitir nota de empenho para fazer face às despesas contratadas;
- II) Designar 02 (dois) servidores da **Secretaria Municipal de Administração** para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e para atestar o recebimento do objeto nos termos exigidos;
- III) Expedir Termo de Autorização de Início dos Serviços;
- IV) Efetuar pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos;
- V) Reservar à **fiscalização** o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissivo ou duvidoso não previsto e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o Contratante ou modificação da contratação;
- VI) Disponibilizar equipamento/plataforma de hardware que possibilite a instalação dos softwares (sistemas), bem como mantê-los atualizados de forma a possibilitar a instalação de novas versões dos softwares lançados com a orientação da Contratada;
- VII) Produzir cópias diárias (backup) em mídias externas dos bancos de dados dos sistemas na hipótese de ocorrer eventuais transtornos como perdas de dados por falta de energia, problemas de hardware ou operação indevida (inclusão e exclusão de dados);
- VIII) Aplicar sanções à Contratada motivadas pela inexecução parcial ou total do contrato.

DÉCIMA SEGUNDA (DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA)

Constituem obrigações e responsabilidades da Contratada:

- I) Assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros;
- II) Responder por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade lhe caberão, exclusivamente;
- III) Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;
- V) Executar o objeto da licitação na condição, qualidade, quantidade, prazo e especificações exigidas;
- VI) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, incluindo seus empregados em serviço, se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam;
- VII) Disponibilizar versões evoluídas mediante o aperfeiçoamento das funções existentes, implementações de novas funções e adequações as novas tecnologias, de acordo com as necessidades, em atendimento aos órgãos externos e internos do Contratante;
- VIII) Disponibilizar, on-line, as listagens das alterações relevantes das versões sempre que ocorrer necessidade de correções de defeitos ou de adaptações legais;
- IX) No prazo de **30 (trinta) dias** executar os serviços de conversão/migração, implantação, testes e treinamento dos sistemas já existentes para o exercício 2015 e 2016, e o prazo de **90 (noventa) dias** para os demais exercícios, contados da data indicada no **Termo de Autorização de Início dos Serviços**;
- X) Executar os serviços de implantação, testes e treinamento dos sistemas (softwares) licenciados, no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da data indicada no **Termo de Autorização de Início dos Serviços**;
- XI) Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela **fiscalização** do Contratante;
- XII) Garantir acesso, a qualquer tempo, da **fiscalização** do Contratante em suas instalações;
- XIII) Cientificar, imediatamente, à **fiscalização** do Contratante de qualquer ocorrência anormal, acidente ou incidente que aconteça durante a execução do contrato;

XIV) Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo assim, às reclamações, exigências ou observações feitas pela **fiscalização** do Contratante;

XV) Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto do contrato, nos termos do art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

DÉCIMA TERCEIRA (DAS PENALIDADES)

No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste contrato, o Contratante, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à Contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como, no que couberem, as disposições contidas na Lei Estadual nº 287/79, e suas regulamentações e, em especial, as seguintes sanções:

I) Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de execução, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;

II) Multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que o Contratante rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante à Contratada ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do artigo 86, da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito do Contratante de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO

No caso da Contratada ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

DÉCIMA QUARTA (DA RESCISÃO)

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no seu art. 80, sem prejuízo das sanções previstas na lei e no contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Exceto os casos de rescisão consensual, os demais casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos de processo devidamente instaurado, assegurado o direito a prévia e ampla defesa.

DÉCIMA QUINTA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA)

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

DÉCIMA SEXTA (DOS TRIBUTOS E DESPESAS)

Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

DÉCIMA SÉTIMA (DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO)

Em 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, o Contratante providenciará a publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município no endereço <http://rj.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/comendadorlevygasparian>, em resumo, do presente termo de contrato, para dar-lhe a devida eficácia.

DÉCIMA OITAVA (DO FORO)

O Foro do contrato será o da Comarca de Três Rios, excluído qualquer outro.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e testemunhas abaixo.

Comendador Levy Gasparian, de de

Município de Comendador Levy Gasparian
Claudio Mannarino – Prefeito
Contratante

(Nome da empresa)
(Nome do representante legal)
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF :

Nome:
CPF :